

## Velhos e novos desafios ao direito e à justiça

301 (469) (05)

MARIA PAULA G. MENESES

9

### Poderes, direitos e cidadania:

#### O 'retorno' das autoridades tradicionais em Moçambique

A heterogeneidade cultural de Moçambique reflecte-se nas diferentes formas de regulação social, traduzindo-se pela presença de instâncias não oficiais de resolução de conflitos. Este artigo debate os desafios que Moçambique enfrenta na construção de um sistema de justiça multicultural e democrático, revelando alguns dos paradoxos das reformas multiculturais em curso e abrindo campo para uma discussão mais ampla sobre as formas de cidadania.

CECÍLIA MACDOWELL SANTOS · ANA CRISTINA SANTOS

43

MADALENA DUARTE · TERESA MANECA LIMA

### Homoparentalidade e desafios ao direito:

#### O caso Silva Mouta na justiça portuguesa e no Tribunal Europeu de Direitos Humanos

O artigo examina a mobilização judicial em torno do reconhecimento do direito à homoparentalidade e a reconstrução dos direitos humanos à luz do caso Silva Mouta, iniciado nos tribunais portugueses em 1991 e encaminhado para o Tribunal Europeu de Direitos Humanos em 1996. O caso ilustra uma situação de discriminação por orientação sexual, possibilitando uma reflexão sobre as tensões e disjunções entre diferentes escalas da justiça estatal e interestatal, por um lado, e entre o direito e a sociedade, por outro.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS · CONCEIÇÃO GOMES

MADALENA DUARTE

### Tráfico sexual de mulheres:

#### Representações sobre ilegalidade e vitimação

O tráfico de seres humanos em geral, e de mulheres em particular, vem suscitando um interesse crescente por parte dos Estados, das instâncias internacionais, das organizações não-governamentais, dos meios de comunicação social e da academia. O artigo reflecte sobre algumas das questões emergentes e ausentes no enquadramento legal do tráfico sexual de mulheres, centrando a atenção na realidade portuguesa.



**O Modelo de Janus da regulação jurídica**

**O carácter revelador das transformações do estatuto político da justiça**  
Partindo de um posicionamento de investigação das ciências sociais no qual se privilegia a dimensão política do direito e da justiça, o autor analisa três orientações tomadas pela justiça: inscrita num processo de racionalização; participante num movimento de democratização; e elemento de um processo de neoliberalização. A partir da análise destes três tipos de regimes de regulação jurídica, parece ser possível identificar duas formas distintas de estatuto do jurídico e do judicial em relação ao político: na primeira, o jurídico-judicial surge como um elemento central da regulação do político; na segunda, o jurídico-judicial é instrumentalizado pelo político. Em conclusão, avança-se a hipótese segundo a qual a existência deste modelo de Janus de regulação jurídico-judicial seria reveladora de uma crise do político.

ÉLIDA LAURIS

121

**Entre o social e o político:****A luta pela definição do modelo de acesso à justiça em São Paulo**

O artigo explora as combinações possíveis na configuração política do acesso à justiça nas sociedades contemporâneas. Partindo das mutações do significado sociopolítico deste acesso no Estado moderno, recorre ao caso concreto da consolidação do sistema de assistência jurídica em São Paulo para explorar as lutas sociais e os confrontos políticos que subjazem à decisão da política pública de acesso à justiça na actualidade.

JOÃO ARRISCADO NUNES

143

**Saúde, direito à saúde e justiça sanitária**

Propõe-se uma abordagem preliminar dos processos heterogéneos e contingentes através dos quais se definem e constituem mutuamente a saúde e o direito à saúde. Discutem-se duas manifestações recentes dessa dinâmica. A primeira aponta para a passagem da saúde enquanto direito à saúde como *imperativo*; a segunda, a *justiça sanitária*, é exemplificada pela procura, por parte dos cidadãos, do reconhecimento da sua condição como portadores de uma doença e dos direitos associados a essa condição.

SUSANA COSTA

171

**(S)em nome do pai**

O artigo aborda os actores institucionais, as perícias e as paternidades no sistema judicial português, analisando o modo como são produzidas e avaliadas as provas nos processos de averiguação oficiosa e de acção de investigação de paternidade. Tenta mostrar de que forma o desajustamento entre o edifício legal e o edifício da ciência no quadro das averiguações oficiosas de paternidade pode levar a uma reflexão alargada sobre a forma como a prova é incorporada na decisão judicial.

<b>Recensões</b>	195
<b>Espaço Virtual</b>	205
<b>Noticiário</b>	207
<b>Résumés/Abstracts</b>	209
<b>Colaboram neste número</b>	215
<b>Notas aos autores</b>	219